



PARECER DO CONTROLE INTERNO

Processo Licitatório nº 9/2020-00020

Modalidade: Pregão Presencial

Requerente: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Objeto: Pregão Presencial SRP com vistas à contratação de empresa para eventual fornecimento de material gráfico para o Fundo Municipal de Saúde de Dom Eliseu/PA.

RELATÓRIO

Ocorre que chegou a esta Controladoria Geral Municipal para manifestação, o Procedimento Licitatório na modalidade de Pregão Presencial tipo: Menor Preço.

Trata-se do Pregão Presencial SRP com vistas à contratação de empresa para eventual fornecimento de material gráfico para o Fundo Municipal de Saúde de Dom Eliseu/PA.

DO CONTROLE INTERNO

Considerando a Constituição Federal de 1988, que em seu art. 74, estabelece as finalidades do sistema de controle interno, assim como a resolução TCM/PA nº 7739/TCM/PA art. 1º Parágrafo Único, e com fulcro na Lei Complementar Nº 101/2000 art. 59, atribuindo ao Controle Interno, dentre outras competências, realizar acompanhamento, levantamento, inspeção e auditoria nos sistemas administrativo, contábil, financeiro, patrimonial e operacional relativos às atividades administrativas das unidades da Prefeitura, com vistas a verificar a legalidade e a legitimidade de atos de gestão dos responsáveis pela execução orçamentário-financeira e patrimonial e avaliar seus resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle interno, referentes ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão.

Tendo em vista que a contratação *sub exame*, implica em realização de despesa, resta demonstrada a competência da Controladoria para análise e manifestação.

DA ANÁLISE DO PROCESSO

A matéria é analisada conforme os preceitos da Lei nº 10.520/02 que dispõe sobre a modalidade de licitação denominada pregão, bem como a Lei nº 8.666/93, cuja aplicação é subsidiária nesta modalidade de licitação.

O exame dos atos realizados nas fases interna e externa do processo licitatório demonstrou o que segue:

1. Consta nos autos requerimento e justificativa de necessidade da contratação, bem como autorização assinada pelo ordenador de despesas;
2. Foi realizada pesquisa de preços pelo setor competente, no caso, o Departamento de Compras Municipal;
3. Consta nos autos comprovação de dotação orçamentária ou planilha orçamentária;
4. Consta nos autos Portaria de designação do pregoeiro e sua equipe de apoio;
5. O procedimento licitatório foi devidamente autuado;
6. Consta nos autos justificativa para a não realização do pregão eletrônico;
7. Consta nos autos minuta de edital com respectivos anexos;
8. Consta Parecer Técnico Jurídico acerca da minuta do edital e anexos, conforme art. 38 da Lei 8.666/93.
9. As empresas foram devidamente habilitadas e participaram da fase de lances;



10. A ATA, consta devidamente assinada pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação e membros e relata todas as ocorrências do certame;
11. As propostas consolidadas das empresas foram devidamente anexadas ao processo após a adjudicação do processo;
12. O processo licitatório encontra-se adjudicado pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitação;
13. O processo em tela encontra-se homologado pela autoridade competente, o Secretário Municipal de Saúde de Dom Eliseu em favor dos licitantes vencedores do certame;
14. Sagraram-se vencedores do certame os licitantes GRÁFICA E EDITORA DOM ELISEU EIRELI EPP, CNPJ Nº 26.919.627/0001-34 e Y. M. COSTA GRÁFICA E EDITORA EIRELI ME, CNPJ Nº 11.920.276/0001-04.



É o necessário a relatar.
Ao opinativo

CONCLUSÃO


Após análise dos documentos acostados pela Comissão Permanente de Licitação, constata-se que o processo licitatório em tela, encontra-se revestido das formalidades legais, nas fases de habilitação, julgamento, publicidade e contratação.

Orienta esta Controladoria que seja anexado ao processo portaria de nomeação do fiscal de contrato, em conformidade com o disposto no art. 67 da lei 8.666/93.

Ainda, que sejam realizadas as publicações relativas aos extratos dos contratos realizados.

É o parecer,
s.m.j.

Dom Eliseu/PA, 15 de outubro de 2020


Ana Feio
Controladora Geral Municipal
Decreto Nº 122/2017